

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 74

Data: 22.09.81

Pg.: _____

Entidades Pró-Índio exigem o filme "Póstuma Kretã"

190
O filme **Póstuma Kretã** sobre a morte do cacique Kaingang, Angelo Kretã será exibido, sábado próximo, às 20 horas, no Centro Cultural de Brasília (Av. L/2 N., Q. 601). Será ilustrativo de homenagem pública de apoio aos índios Kaingang e Guarani da reserva indígena de Manguairinha, no Paraná. Confirmada a presença de líderes indígenas junto a representantes das Entidades de Apoio à Luta Indígena no Brasil: Comitê Nacional Pró-Manguairinha Indígena; Anai (Associação Nacional de Apoio ao Índio) e outras entidades de apoio à luta indígena.

A manifestação aos índios refere-se à luta que as duas tribos estão empreendendo para a recuperação de suas terras, 8.976 hectares em litígio judicial, em cujo desfecho não acreditam. As primeiras vítimas da luta desigual foram os caciques Paraguaio (Noberto Gabriel Poty) guarani e Angelo Kretã, um kaingang. Impresionados entre a ação da Funai que consideram vacilante e a atuação firme das empresas que adquiriram as terras, os índios juram que sua peleja só acabará quando retornarem definitivamente a área em litígio ou então quando tombar o último Kaingang ou o último Guarani. Por estes dias, o Tribunal Federal de Recursos deve julgar recurso da Funai (

impetrado por pressão dos índios) contra a Firma Slaviero e Filhos.

O início da pendência se prende, segundo informações de entidades ligadas à defesa dos índios, ao ano de 1949. Em Manguairinha, no sudoeste paranaense, os índios Kaingang e Guarani tiveram suas terras (8.976 ha.) expropriadas de forma inconstitucional naquele ano. Trata-se da maior reserva contínua de pinheiros araucária, com mais de 120 mil pes que, juntamente com um grande número de imbuúas e outras árvores nobres, representa patrimônio ecológico de valor incalculável. Em 1949, foi celebrado um acordo entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Paraná, mediante o qual foram usurpados 90 mil alqueires em seis áreas indígenas do Estado, deixando aos índios apenas um terço de suas terras. Na reserva indígena de Manguairinha, os Kaingang e Guarani foram privados de 8.976 ha., sendo a parte mais valiosa da reserva reconhecida pelo Governo do Estado em 1903.

Essa área, segundo ainda informações das entidades de apoio ao índio, ilegalmente subtraída aos índios, foi de maneira fraudulenta comprada, em 1961, pelo Grupo Econômico Forte-Khury. Adquirida pela

quantia de 3 milhões de cruzeiros, foi revendida, um mês após a primeira transação, pelo valor de 58 milhões à Firma Slaviero e Filhos S/A - Indústria e Comércio de Madeiras. Redemarcada em função da Venda, a área passou a ser ocupada pelo Grupo Slaviero e os índios ali residentes foram forçados a deixá-la, tendo suas casas incendiadas e suas plantações destruídas. Afirmam os próprios índios que aqueles relutantes em deixar a área foram violentamente retirados. A partir deste instante, os Kaingang iniciaram uma luta de reconquista daquelas terras, muito embora tenha sido controlada e até mesmo abafada pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e posteriormente pela Funai. E continua o informe: "Atendendo a interesses nitidamente empresariais, a Funai decidiu entrar na Justiça com artigos de oposição contra Slaviero, arguindo ser aquela terra de domínio da União, cuja posse e usufruto pertence aos índios Kaingang e Guarani. Julgada improcedente a oposição, em 1979, o Juiz da Segunda Vara da Justiça Federal de Curitiba deu ganho de causa à firma Slaviero e Filhos. Pressionada pelos índios, a Funai recorreu, e, atualmente, a questão encontra-se no TFR, onde brevemente o caso será julgado".